

MUDANÇA DE RUMO

Diante da insatisfação popular às vésperas de eleições municipais, governo deixa de lado ideário liberal e decide intervir de forma mais agressiva na economia para reprimir aumentos de preços.

Pratini de Moraes, Padilha, Tourinho e até Tápias concordam que mercado precisa ser regulado

De volta ao passado

Vicente Nunes
e Paulo Silva Pinto
Da equipe do Correio

Quem se surpreendeu com o discurso intervencionista adotado pelo governo nas últimas semanas pode ir se acostumando. Diante da ameaça de ver o único e derradeiro ganho do Plano Real — o controle da inflação — ser detonado pelos aumentos abusivos dos remédios e dos combustíveis, o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu adotar um estilo de comando da economia nada convencional para um governo assumidamente liberal. "Acabou a liberdade total. Não vamos permitir que alguns poucos setores da economia coloquem em risco a estabilidade de preços, punindo os consumidores", diz o ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho.

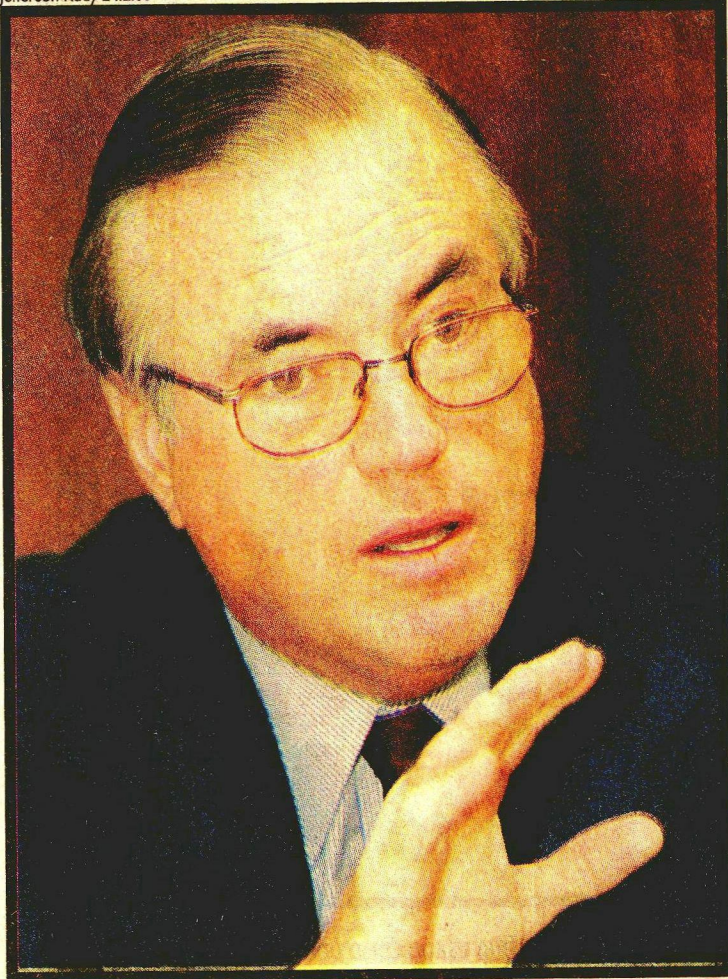
O governo decidiu governar para o povo — ou melhor, para os eleitores, como diz um interlocutor privilegiado do Palácio do Planalto. A ordem foi encontrar uma nova âncora para o Real. Se a sobrevalorização do câmbio garantiu boa parte dos votos que reelegeram o presidente Fernando Henrique, a defesa do consumidor surge como a principal bandeira do momento para reverter o alto índice de rejeição do governo.

"O poder odeia quem não sabe exercê-lo", costuma filosofar o ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que assumiu o comando da briga do governo com os especuladores que jogaram os preços do álcool nas alturas. Pratini detesta falar a palavra intervenção em público, mas não mediu esforços para convencer o presidente da necessidade de confiscar os estoques das usinas como medida extrema.

MALAN ENFRAQUECIDO

Foi preciso que crises econômicas e políticas minassem o governo e que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, perdesse seus homens bons de briga, como Gustavo Franco, para que o presidente percebesse a insatisfação da sociedade com a política econômica. Assessores de Malan contam que ele está decepcionado com a atual direção do governo — que começou a apoiar medidas como o congelamento dos preços dos remédios e limitação de margens máximas de lucros para as distribuidoras e os postos de gasolina. No vácuo deixado pela equipe

Jefferson Rudy 24.2.00



PRATINI DEFENDE CORREÇÃO DE RUMOS PARA FAZER AS PAZES ENTRE GOVERNO E POPULAÇÃO: "O PODER ODEIA QUEM NÃO SABE EXERCÊ-LO"

econômica, dois grupos estão ganhando muito espaço dentro do governo. Um, liderado pelo ministro da Saúde, José Serra, conseguiu obrigar a Fazenda a assinar um protocolo de intenções com os laboratórios para congelar os preços dos remédios até o fim do ano. Outro, comandado por Rodolpho Tourinho, um pupilo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), incentivou o governo a intervir no mercado de combustíveis.

Quem também está se aproveitando do enfraquecimento de Malan é o ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias. Formado na iniciativa privada, ele sabe que só a lei da oferta e da procura é insuficiente para regular os preços. "Se quiserem liberdade, os empresários terão que assumir muitas responsabilidades", diz o ministro.

O mesmo espírito controlador é demonstrado pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, encarregado por Fernando Henrique de conter, ao máximo, os aumentos das tarifas dos pedágios nas rodovias. "Está havendo um descontentamento geral com os pedágios. O governo percebeu isso e está procurando reverter ao máximo

esse quadro", afirma o assessor especial de Padilha, Luís Henrique Baldez.

CONSUMIDORES LESADOS

O grande problema do governo é que os consumidores estão sendo punidos pela política liberal dos primeiros anos de governo. No setor de telecomunicações, a Anatel, agência que regula e fiscaliza os serviços, teve que admitir que apenas 43% das empresas cumpriram as metas fixadas pelo governo. Esse e outros erros decorrem da pressa de aderir à globalização. "O Brasil precisa se proteger, não voltando a ser o país fechado do passado. Mas fortalecendo a regulação da economia, uma vez que o Estado deixou de ser empresário para monitorar o andamento dos serviços prestados aos consumidores", diz Ruy Coutinho, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e hoje diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "O governo precisa correr contra o tempo para aperfeiçoar seus instrumentos de controle contra os abusos econômicos e de proteção aos consumidores", diz.

O ministro Eliseu Padilha garante que as três agências para cuidar dos transportes terrestres, aquaviários e aéreos deverão estar em funcionamento ainda no fim deste ano. "Realmente não dá mais para adiar esses projetos", ressalta Padilha. A mudança de filosofia na política econômica atingiu também o BNDES. Segundo Ruy Coutinho, a instituição não vai mais financiar a maior parte dos grandes projetos industriais. A determinação do Palácio do Planalto é de que o grosso do dinheiro do banco seja aplicado em projetos que contribuam para reduzir as desigualdades sociais.

DE OLHO NOS BANCOS

Outro aviso importante do governo: será feito um acompanhamento constante nos serviços prestados pelos bancos estrangeiros no país. O Banco Central está decepcionado com os resultados da abertura do setor financeiro ao capital externo, que começou há cinco anos. Desde então, criaram-se mais tarifas sobre os serviços e não houve grande expansão no crédito nem a esperada redução nos juros para empresas e consumidores.

O deputado federal Roberto Brant (PFL-MG) discorda, porém, que as reformas liberais, tenham cumprido os objetivos esperados. "Não trouxeram o crescimento econômico e redução da desigualdade de renda necessários ao país. Agora, isso deve ser conseguido com maior intervenção do governo na economia", diz o deputado pefelista.

É o que defende o economista norte-americano Joseph Stiglitz, ex-vice presidente do Banco Mundial e ex-chefe da assessoria econômica do presidente Bill Clinton. "Tivemos que perceber, na prática, que os efeitos das reformas liberais são limitados", diz ele, que esteve em Brasília na semana passada. Ele acha, também, que países em desenvolvimento como o Brasil não devem seguir determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reduzir gastos mesmo que seja necessário cortar investimentos sociais. Uma proposta que tem o apoio de Brant. "Deixamos de fazer qualquer investimento em saneamento básico nos últimos dois anos porque, para isso, seria necessário endividar estatais e o governo não quer que isso seja feito. Devemos fazer isso, mesmo que seja necessário contrariar o FMI", defende

MEA CULPA

O livre mercado era considerado a salvação de um país excessivamente fechado para o mundo. O Brasil aderiu a essa onda liberal e agora é obrigado a rever os passos que foram dados com muita rapidez. Veja o que pensam os antigos defensores daquelas idéias:



JOSEPH STIGLITZ,
ex-vice-presidente do Banco Mundial

"Percebemos, na prática, que os efeitos das reformas liberais são limitados",



ALCIDES TÁPIAS,
ministro do Desenvolvimento

"Se quiserem liberdade, os empresários terão que assumir muitas responsabilidades"



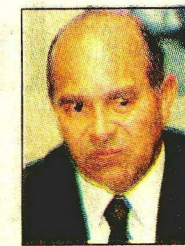
ROBERTO BRANT,
deputado federal pelo PFL de Minas

"Devemos fazer investimentos sociais, mesmo que seja necessário contrariar o FMI"



RODOLPHO TOURINHO,
ministro de Minas e Energia

"Não vamos permitir que poucos setores da economia coloquem em risco a estabilidade de preços"



ELISEU PADILHA,
ministro dos Transportes

"Realmente não dá mais para adiar os projetos das agências reguladoras do setor de transporte"